

EDITAL - PRAÇA OU LEILÃO PROCESSO Nº: 0232713-06.2011.8.13.0686
CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL (1116) MUNICIPIO DE TEOFILO OTONI
CPF: 18.404.780/0001-09 ESPÓLIO DE GETÚLIO ROCHA PINTO CPF: não
informado EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS. VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA
COMARCA DE TEÓFILO OTÔN/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 0232713-
06.2011.8.13.0686. EXEQUENTE: MUNICIPIO DE TEOFILO OTONI.
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GETÚLIO ROCHA PINTO. O leilão eletrônico será
realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais
informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.

1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com
encerramento no dia 11/11/2024 a partir das 14:00 horas. Se não for arrematado no
período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão.

2º LEILÃO: no dia 28/11/2024 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os
bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de
lances.

LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lance, com valor igual ou acima da
avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo
Juiz. Se não houver valor estipulado pelo Juiz, o mínimo será equivalente à 50% da
avaliação do bem nos termos do CPC, art. 891.

DESCRIÇÃO DO BEM: Casa localizada na Rua Doutor Nuno da Cunha Melo, 273,
Fátima, Teófilo Otoni - MG com área terreno de aproximadamente 350m², área
construída de aproximadamente 192m² e 10 cômodos. MATRÍCULA: 4.659 no Cartório
do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Teófilo Otoni/MG.

AVALIAÇÃO: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para
pagamento à vista ou parcelado com sinal de no mínimo 25% e o restante em até 30
parcelas. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta
prevalecerá (art. 895, § 7º, do CPC) e o sistema não receberá mais oferta parcelada. O
pagamento à vista ou o sinal do pagamento parcelado, deverão ser realizados, através de
depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão,
independente da data de vencimento que constar na guia judicial. O comprovante deverá
ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data,

até às 15 horas.

ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 02/10/2024: Não há. O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 02/10/2024

OBSERVAÇÃO: Os créditos que recaem sobre o imóvel, inclusive os de natureza propter rem, serão sub-rogados sobre o preço da alienação, sendo observada a ordem de preferência, conforme preceituam o § 1º, do artigo 908, do Código de Processo Civil e o parágrafo único do artigo 130 do CTN.

CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem do M.M Juiz, Dr. Alair Soares Mendonça, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:

1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão. A Leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.

2º) A comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas.

3º) No caso de arrematação com pagamento parcelado, o sinal será depositado na forma e data indicadas acima, e as parcelas serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas de acordo com os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

4º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site <https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/> pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos.

5º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez

por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).

6º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação.

7º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).

8º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal."

9º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

10º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.

11º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam Diário do Judiciário Eletrônico / TJMG Editais Segunda-feira, 07 de outubro de 2024 dje.tjmg.jus.br Edição

nº: 188/2024 Página: 143 de 166 averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

12º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a Leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.

13º) Nos termos do CPC, art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br.

14º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

15º) A Nota de Arrematação será expedida pela Leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

16º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor, o coproprietário, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam pelo presente edital intimados do leilão, suprimindo, assim, a exigência contida no art. 889 do CPC.

17º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da Leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão.

18º) Nos termos do art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 03/10/2024 Assinado eletronicamente por: ALAIR SOARES MENDONCA 03/10/2024 19:07:45
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ID do documento: 10319633582 24100319074525600010315642551